

Programa atende 25 mil crianças em Alagoas

Peti oferece assistência integral a menores entre 7 e 14 anos, através da educação, saúde, artes, atividade esportiva e cultura

O secretário de Ação Social, Arnóbio Cavalcante, disse ontem que Alagoas está com 25 mil crianças, de 7 a 14 anos, inseridas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti). "Tiramos essas crianças da marginalidade para resgatar a cidadania, oferecendo assistência integral, educação, saúde, artes plásticas, atividade esportiva orientada e cultura", explicou, ressaltando que a proposta do Peti é muito mais abrangente e está direcionada para viabilizar aos excluídos as condições necessárias para que a pessoa deixe de depender das bolsos e da ajuda alheia para sobreviver.

Segundo o secretário, ao tirar as crianças da rua e do trabalho precoce para proporcionar uma formação acadêmica, qualificação profissional, acesso às artes cênicas, dinâmica de

grupo com apoio psicológico, enfim, proporcionar um padrão de vida com o mínimo de dignidade, implica na construção de um adulto capaz de entrar no mercado competitivo. Ou seja, o indivíduo caminha para fora da exclusão social.

Alcance social

"Essa é a meta do Peti. É para isso que estamos empreendendo esforços hoje. É um trabalho de grande alcance social. No presente estamos minimizando a situação de miserabilidade, mas a proposta é colher, no futuro, adultos mais preparados para conquistar um lugar no mercado profissional. Conseqüentemente termos uma redução dos bolsões de miséria", observou Arnóbio.

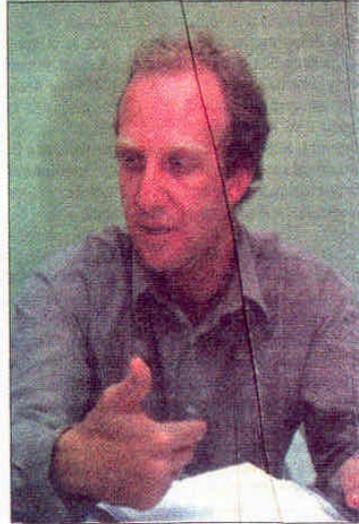
Ele acrescenta que o Peti/AL foi reconhecido pela OIT (Organização Internacional do

Trabalho), como um projeto eficaz no combate da exclusão social. "A OIT inclusive se tornou nosso parceiro nesse trabalho e está atuando em 53 municípios alagoanos onde o Peti já começou a mudar a vida das comunidades. Ganhamos um aliado forte e que está implantando uma nova metodologia para a abordagem com as crianças", observou o secretário.

O Peti/AL faz parte do Projeto Alvorada e atualmente está entre os três mais eficazes do País. As mães cadastradas no Programa recebem uma ajuda mensal de R\$ 25,00 por criança inserida nas ações do Programa. O município recebe R\$ 20,00 por cada menor que conseguir tirar da rua e do trabalho precoce para ficar na escola e na jornada ampliada oferecida pelo Peti.



Arnóbio: "Programa resgata a cidadania"



Marcelo Néri: "Mapa do fim da fome é desafio"

Trabalho fará diagnóstico de indicadores sociais no Estado

O economista Marcelo Néri, em conjunto com a Secretaria de Assistência Social, iniciou, esta semana, um levantamento geral dos indicadores sociais da Capital e cidades do Interior do Estado, a fim de elaborar um diagnóstico atualizado da pobreza para, a partir desses dados, traçar o mapa do fim da fome em Alagoas. "É um desafio que precisa ser enfrentado com determinação e vontade de viabilizar uma solução eficaz, que fuja da superficialidade", afirmou Marcelo.

Segundo ele, ao invés de cri-

ar políticas assistencialistas e ações compensatórias, como a distribuição de sopas e tijolos, o governo deve criar mecanismos de transferência de renda, apoio ao microcrédito, geração de emprego, programas dirigidos à profissionalização.

Marcelo Néri, que é PhD em economia pela Princeton University, e ex-diretor do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), disse que o mapa do fim da fome em Alagoas deve ficar pronto dentro de seis meses. Com ele em mãos, mostrando os indi-

cadores sociais será definido o planejamento das políticas de enfrentamento da miséria e combate à fome.

As ações devem ser postas em prática já a partir de 2002, como sustentou o secretário Arnóbio Cavalcante, explicando que este trabalho vem para amarrar as políticas de desenvolvimento social em exceção no Estado, como o Projeto Alvorada e o Cadastro Único, sem de avançar nas soluções para melhorar a distribuição de renda e os indicadores de miséria em Alagoas.

MP VAI FISCALIZAR COM MAIS RIGOR ENTIDADES FILANTRÓPICAS

O procurador-geral de Justiça de Alagoas, Leam Araújo, anunciou que o Ministério Público vai fiscalizar com maior rigor as entidades sociais e filantrópicas. O setor movimentou significativamente a economia do País, constituindo-se num terceiro setor (uma mistura do público e do privado). Para ele, há necessidade de se mudar as regras que regem estas instituições no código civil brasileiro criado em 1913. "Este setor possui um perfil diferenciado, portanto regras específicas tive-

ram de ser criadas com o passar das anos e a atuação dessas empresas cresceu tanto que hoje movimentam um montante em torno de R\$100 bilhões".

O Ministério Público de Alagoas já vem promovendo algumas iniciativas como o primeiro encontro com entidades filantrópicas locais, visando estabelecer um canal de comunicação com as instituições e associações civis sem fins lucrativos. "Pretendemos, de forma mais avançada, fiscalizar e participar desde a fundação

das entidades até a conclusão dos projetos para os quais elas foram criadas", afirmou o procurador.

Não há uma legislação específica vigente para punir infrações cometidas por entidades de assistência social, contudo seus administradores estão sujeitos a aplicação de normas já previstas pelo código penal. "O Ministério Público, através da Comissão Permanente de Fundações e Entidades Sociais, tem se reunido de forma permanente, a fim de oferecer propostas aos legisladores que fazem alterações no sistema normativo e modificam o sistema jurídico que rege esse setor", salientou Leam Araújo.